

**LEI N° 1.156, DE 05 DE JUNHO DE 2018.**AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
PROJETO DE LEI N° 021/2018**SÚMULA:** “DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2018 DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte,

**L E I:**

**ARTIGO 1º:** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 221.825,00 (Duzentos e vinte um mil e oitocentos e vinte e cinco reais), destinado a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transportes, objetivando atender o Projeto Orçamentário 1.037 Pavimentação Asfáltica e Obras Complementares, no município de NOVA CANAÃ DO NORTE - MT.

**ARTIGO 2º:** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar em seu Orçamento Programa 2018 a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 09 – Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Transporte		
Unidade:001 – Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Transporte		
Função 15 – Urbanismo		
Sub-Função: 451 – Infraestrutura Urbana		
Programa: 0016 – Execução de Infraestrutura.		
Projeto:1.037 – Pavimentação Asfáltica e Obras Complementares.		
Fonte: 0.1.24.000000 - Transferências de Convênios - Outros		
Natureza da Despesa:		
(335) 4490.51.00.00 – Obras e Instalações	R\$	221.825,00
<b>TOTAL DA AÇÃO</b>	<b>R\$</b>	<b>221.825,00</b>

**ARTIGO 3º:** O presente crédito adicional, ampara-se no artigo 40 e 43 da Lei n° 4.320/64 de 17 de março de 1964, e os recursos utilizados são os previstos no inciso II do § 1° do Artigo 43 da lei citada, ou seja, provenientes do excesso de arrecadação de recursos vinculados, nos termos e em conformidade com o Acórdão n° 3.145/2.006 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.



ESTADO DE MATO GROSSO

# PREFEITURA MUNICIPAL NOVA CANAÃ DO NORTE

CNPJ 03.238.912/0001-94 – GESTÃO 2017-2020

Unindo forças para transformar

**ARTIGO 4º:** Os recursos utilizados para atender o presente crédito configurando o excesso de arrecadação serão aqueles originários do Termo de Convênio 803163/2014, firmado com a União Federal por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 221.825,00 (Duzentos e vinte um mil e oitocentos e vinte e cinco reais).

**ARTIGO 5º:** O Orçamento Geral do Município fica elevado em virtude da aprovação da presente Lei em mais R\$ R\$ 221.825,00 (Duzentos e vinte um mil e oitocentos e vinte e cinco reais).

**ARTIGO 6º:** Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 1114/2017 – LDO 2018 e Lei Municipal nº 1108/2017 – PPA 2018/2021, a alteração orçamentária descrita nos artigos 1º e 2º desta lei.

**ARTIGO 7º:** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 05 DE JUNHO DE 2018.

**RUBENS ROBERTO ROSA**  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA NA SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO E PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NOS LOCAIS DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

**ROSÂNGELA ROCHA DO SANTOS**  
SECRETÁRIA DE GABINETE